



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PARECER DE REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N.º 222, DE 2024

Parecer de redação final do Projeto de Lei n.º 222, de 2024, de autoria Prefeito Municipal, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e das taxas de serviços urbanos do Município de Indianópolis-MG, e dá outras providências.

O Projeto de Lei n.º 222, de 2024, de autoria Prefeito Municipal, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e das taxas de serviços urbanos do Município de Indianópolis-MG, e dá outras providências, foi aprovado em turno único de discussão e votação, na reunião ordinária realizada dia 4 de março deste ano, sem emendas.

Por isso, esse projeto retorna a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR), na forma do art. 241, do Regimento Interno, para parecer de redação final.

Foi alterada apenas a redação da ementa para harmonizá-la com o texto do projeto.

Deste modo, somos de parecer que se dê ao projeto, como final, a redação a seguir, para que, sob esta forma, seja este enviado à sanção.

PROJETO DE LEI N.º 222, DE 2024

Dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o parcelamento do IPTU e das taxas de serviços urbanos do Município de Indianópolis-MG, exercício de 2024.

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprova:

Art. 1º O pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e das taxas de serviços urbanos, no exercício de 2024, poderá ser feito nos prazos e condições a seguir:

I- à vista até o dia 10 de maio de 2024, em cota única, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do IPTU; ou



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

II- em 3 (três) parcelas iguais, sem desconto, com vencimentos em 10 de maio de 2024, 10 de junho de 2024 e 10 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de março de 2024.

Marcos Túlio da Silva

MARCOS TÚLIO DA SILVA

Relator

JH
JOSÉ HELVÉCIO FERNANDES DE REZENDE

Presidente

Rafael de Almeida Jacó
RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ

Membro

CERTIDÃO

Certifico a todos que esta proposição foi aprovada

em 4 de 3 de 2024, por unanimidade
(dois votos favoráveis)

Jamires Cardoso da Silva
Responsável pela Secretaria